PROFESSOR JUNIOR TAVARES

AULA 12 TURMA DE QUESTÕES PPBA

DIREITO PENAL PARTE GERAL

- Princípios da legalidade e da anterioridade
- Lei penal no tempo e no espaço
- Conflito aparente de normas penais

Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: Câmara dos Deputados Prova: FGV - 2024 - Câmara dos Deputados - Analista Legislativo Consultoria - Consultor Legislativo - Área V (Reaplicação)

01) No tocante às normas gerais do Direito Penal, analise as afirmações a seguir.

I. A pena cumprida no estrangeiro ~~não atenua~~ a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas. FALSO TEORIA DA ATIVIDADE = TEMPO DO CRIME

II. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, mesmo que outro seja o momento do resultado.

III. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, ~~não cessando~~, porém, em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Está correto o que se afirma em

~~A) I, II e III.~~
B) II, apenas.
~~C) I e II, apenas.~~
~~D) II e III, apenas.~~
~~E) I, apenas.~~

"VIDA" COMPUTAR IDÊNTICA DIVERSA ATENUAR

Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: TJ-PR Prova: FGV - 2023 - TJ-PR - Juiz Substituto

02) São teorias adotadas no Código Penal em relação ao tempo e ao lugar do crime, respectivamente: 1º 2º

A) da atividade e da territorialidade;
~~B) da anterioridade e~~ da territorialidade;

"LUTA"

TEORIA DA UBIQUIDADE

TEORIA DA ATIVIDADE = TEMPO DO CRIME
TEORIA DA UBIQUIDADE = LUGAR DO CRIME

CONDUTA RESULTADO

C) da atividade e da ubiquidade;

D) da temporariedade e da ubiquidade;

E) da alteridade e mista.

Ano: 2008 Banca: FGV Órgão: TJ-AP Prova: FGV - 2008 - TJ-PA - Juiz

03) A organização não-governamental holandesa "Women on the waves", dirigida pelo médico holandês Marco Van Basten, possui um barco de bandeira holandesa que navega ao redor do mundo recebendo gestantes que desejam realizar aborto. Quando passou pelo Brasil, o navio holandês recebeu a bordo mulheres que praticaram a interrupção de sua gestação, dentre elas Maria da Silva, jovem de 25 anos. Na ocasião em que foi interrompida a gravidez, o barco estava em alto-mar, além do limite territorial brasileiro ou de qualquer outro país. Sabendo que a lei brasileira pune o aborto (salvo em casos específicos, não aplicáveis à situação de Maria) ao passo que a Holanda não pune o aborto, assinale quais foram os crimes praticados por Marco e Maria, respectivamente.

A) Nenhum dos dois praticou crime.

B) Provocar aborto sem o consentimento da gestante e provocar aborto em si mesma.

C) Provocar aborto com o consentimento da gestante e provocar aborto em si mesma.

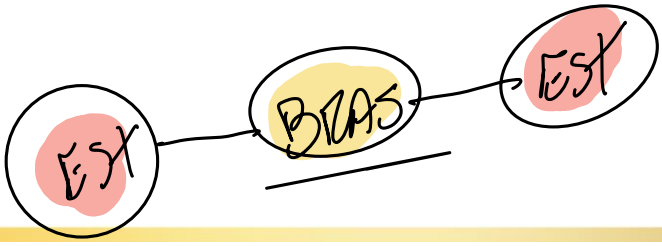
D) Provocar aborto em si mesma e provocar aborto sem o consentimento da gestante.

E) Provocar aborto em si mesma e provocar aborto com o consentimento da gestante.

Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: ENAM Prova: FGV - 2024 - ENAM - 1º Exame Nacional de Magistratura

04) Pierre, cidadão estrangeiro, praticou o delito de estupro em face da brasileira Marina, maior e capaz. O crime foi praticado em Estado estrangeiro, onde há incriminação da conduta, tal como ocorre no Brasil. Passado algum tempo, como o autor do fato e a vítima retornaram ao Brasil, o Ministério Público ajuizou ação penal pública incondicionada em face de Pierre, como incurso nas penas do delito de estupro.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.



A) Há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira ao fato ocorrido no exterior; porém, a ação penal depende de representação da vítima.

B) Há o preenchimento integral das condições de aplicação da lei penal brasileira ao fato ocorrido no exterior, sendo viável a responsabilização do autor do fato.

C) Não há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira, pois ausente requisição do Ministro da Justiça.

D) Não há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira, pois o autor do fato é estrangeiro, e a nacionalidade da vítima é indiferente à extraterritorialidade da lei penal brasileira.

E) A aplicação da lei penal brasileira ao fato independe de qualquer condição, por se tratar de crime praticado mediante violência.

Ano: 2023 Banca: FGV Órgão: SEFAZ-MT Prova: FGV - 2023 - SEFAZ- MT - Fiscal de Tributos Estaduais (FTE) - Manhã

05) Para fins de incidência da lei brasileira, o Código Penal regulamenta o tempo e o lugar do crime.

De acordo com o referido diploma normativo, assinale a afirmativa correta.

A) A lei brasileira é aplicável aos crimes ocorridos a bordo de embarcações e aeronaves públicas estrangeiras, quando atracadas em porto ou em pouso em solo nacional.

B) Para fins de aplicação da lei penal no tempo e no espaço, considera-se praticado o crime no lugar e no momento da ação e do resultado.

C) A lei temporária é aplicada ao fato praticado durante sua vigência, embora decorrido o período de sua duração, exceto se cessadas as circunstâncias que a determinaram.

D) As embarcações brasileiras, de natureza pública ou privada, que estejam em alto-mar ou em mar territorial brasileiro, são consideradas extensão do território nacional.

E) O atentado à vida do presidente da República é o caso de extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira, devendo o autor do fato ingressar em território nacional.

Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: PC-RJ Prova: FGV - 2022 - PC-RJ - Investigador Policial de 3ª Classe

06) Nos crimes de ação múltipla ou conteúdo variado, a prática, pelo agente, de mais de um núcleo da mesma norma penal incriminadora no mesmo contexto fático implica crime único em razão do princípio da:

CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS

QUAL CONFLITO? CASE

CONSUNÇÃO
ALTERNATIVIDADE
SUBSIDIARIEDADE
ESPECIALIDADE

A) especialidade;

B) subsidiariedade;

C) consunção;

D) absorção;

E) alternatividade.

Ano: 2018 Banca: FGV Órgão: TJ-AL Prova: FGV - 2018 - TJ-AL - Técnico Judiciário - Área Judiciária

07) Arlindo desferiu diversos golpes de faca no peito de Tom, sendo que, desde o início dos atos executórios, tinha a intenção de, com seus golpes, causar a morte do seu desafeto. No início, os primeiros golpes de faca causaram lesões leves em Tom. Na quarta facada, porém, as lesões se tornaram graves, e os últimos golpes de faca foram suficientes para alcançar o resultado morte pretendido.

Arlindo, para conseguir o resultado final mais grave, praticou vários atos com crescentes violações ao bem jurídico, mas responderá apenas por um crime de homicídio por força do princípio da:

~~A) subsidiariedade, por se tratar de progressão criminosa;~~
~~B) alternatividade, por se tratar de crime progressivo;~~
C) consunção, por se tratar de progressão criminosa;
~~D) especialidade, por se tratar de progressão criminosa;~~
E) consunção, por se tratar de crime progressivo.

SUCESSÃO DE LEIS PENAIS NO TEMPO

IRRETROATIVIDADE
REGRA: "TEMPUS REGIT ACTUM"

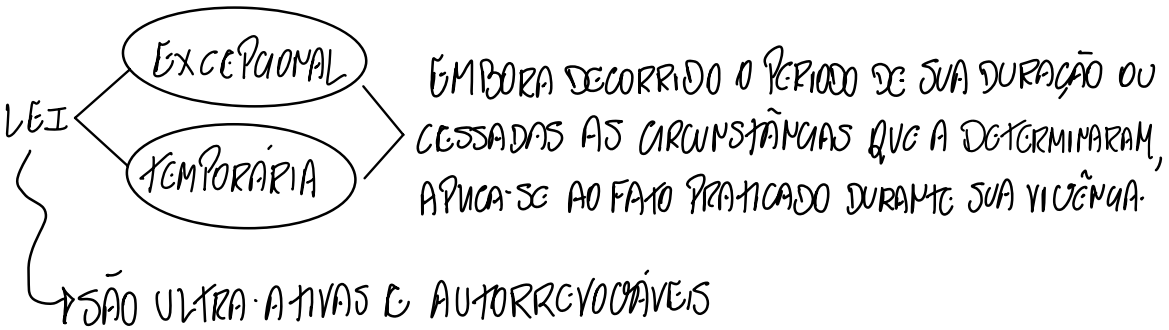
EXCEÇÃO: EXTRA-ATIVIDADE

RETROATIVIDADE
- "ABOLITIO CRIMINIS" (FRAGMENTARIEDADE AS AVESSAS)
- "NOVATIO LEGIS IN MELLIUS"

↳ OCORRE QUANDO A LEI ALCANÇA FATOS OCORRIDOS ANTES DA SUA ENTRADA EM VIGOR. (NÃO DEVE RESPEITO A COISA JULGADA)

ULTRA-ATIVIDADE

↳ OCORRE QUANDO A LEI JÁ REVOGADA CONTINUA A REGULAR FATOS OCORRIDOS DURANTE A SUA VIGÊNCIA.



Súmula 611 do STF: Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao juízo das execuções a aplicação de lei mais benigna.

ATENÇÃO: existe abolitio criminis temporária.

Súmula 513 STJ: "A abolitio criminis temporária prevista na Lei n. 10.826/2003 aplica-se ao crime de posse de arma de fogo de uso permitido com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, praticado somente até 23/10/2005."

A abolitio criminis temporária se aplica em crimes entre 23/12/2013 a 23/10/2005. Ela abrangia os crimes de posse de arma de uso permitido e de posse de arma de uso restrito e as condutas equiparadas. Porém, a partir de 23/10/2005 a 31/12/2009, passou a incidir somente sobre a conduta de posse de uso permitido.

Súmula 711 STF: A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua **vigência é anterior à cessação** da continuidade ou da permanência.

ATENÇÃO: Se a lei penal posterior **for benéfica aplica- se ela**, mesmo em se tratando de crime permanente ou continuado. (a lei do tempo rege o ato)

Súmula 501, STJ: É cabível a aplicação retroativa da Lei n. 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei n. 6.368/1976, sendo vedada a combinação de leis.

Extraterritorialidade INCONDICIONADA

A lei penal brasileira será aplicada aos fatos praticados no estrangeiro, **ainda que**, o agente já tenha sido **absolvido ou condenado** no estrangeiro.

Nos seguintes crimes:

- Contra a **VIDA** ou a **LIBERDADE** do Presidente da República (**Princípio da defesa/ Proteção/ Real**)
  OBS: O crime de ameaça, é um crime contra a liberdade, assim como o crime de constrangimento ilegal, sequestro e cárcere privado, ou seja, se qualquer deles forem praticados contra o presidente fora do país, ainda que o agente tenha sido punido ou absolvido, responderá no Brasil.
- Contra o **PATRIMÔNIO** ou a **FÉ PÚBLICA** da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público. (**Princípio da defesa/ proteção/ real**)
- Contra a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, por quem está a seu serviço (**Princípio da Defesa/ Proteção/ Real**)
- Crime de **GENOCÍDIO**, quando o agente for brasileiro **ou** domiciliado no Brasil (**Princípio da justiça universal/ cosmopolita)**

ATENÇÃO: A lei de tortura traz uma nova hipótese de extraterritorialidade incondicionada (Princípio da justiça universal)

Art. 2º da Lei 9455/97: O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

Extraterritorialidade CONDICIONADA

Atendidos os requisitos legais, ficarão sujeitos a lei brasileira os crimes cometidos no estrangeiro:

- Que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir. (**Princípio da justiça universal/ cosmopolita**)
- Praticados por brasileiro (**Princípio da personalidade/ nacionalidade ativa**)
- Praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados. (**Princípio Da bandeira/ representação**)

Requisitos cumulativos:

01- Entrar o agente no território nacional. (Basta entrar, não precisa permanecer)
02- Ser o fato punível também no país em que foi praticado
03- Estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição. (Art. 82 da Lei da Migração 13445/17) = Crime com pena igual ou superior a 2 anos.
04- Não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena;
05- Não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável

Extraterritorialidade HIPERCONCIONADA

A lei brasileira aplica- se também ao crime cometido por estrangeiro **contra brasileiro FORA do Brasil**. (**Princípio da personalidade passiva**)

Requisitos cumulativos:

Além das condições da extraterritorialidade condicionada, exigem- se mais duas:

- Não foi pedida ou negada extradição
- Houve requisição do Ministro da Justiça